

Relatório Anual do Departamento de Fiscalização do CRBM-1

No período de janeiro a dezembro de 2015 os fiscais biomédicos do CRBM-1 realizaram diligências nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Mato Grosso do Sul; visitaram 2521 estabelecimentos (registrados e não registrados no CRBM-1) e emitiram 3182 termos de visita. Nas figuras de 1 a 5 podem ser verificadas as microrregiões/municípios que receberam a fiscalização do CRBM-1, perfazendo assim um total de 406 municípios fiscalizados.

Durante as diligências, os fiscais biomédicos orientaram e esclareceram dúvidas de responsáveis legais e técnicos, colaboradores da área de recursos humanos, profissionais biomédicos e demais interessados no setor.

Diante das irregularidades constatadas, os fiscais também notificaram estabelecimentos e biomédicos, podendo ser observado na figura 9 o índice referente aos Autos de Constatação e de Notificação lavrados.



Figura 1: em destaque as microrregiões fiscalizadas em 2015 no Estado do Espírito Santo.



Figura 2: em destaque as microrregiões do Estado do Mato Grosso do Sul fiscalizadas em 2015.



Figura 3: em destaque as microrregiões do Estado do Paraná fiscalizadas em 2015.

MICRORREGIÕES DO RIO DE JANEIRO

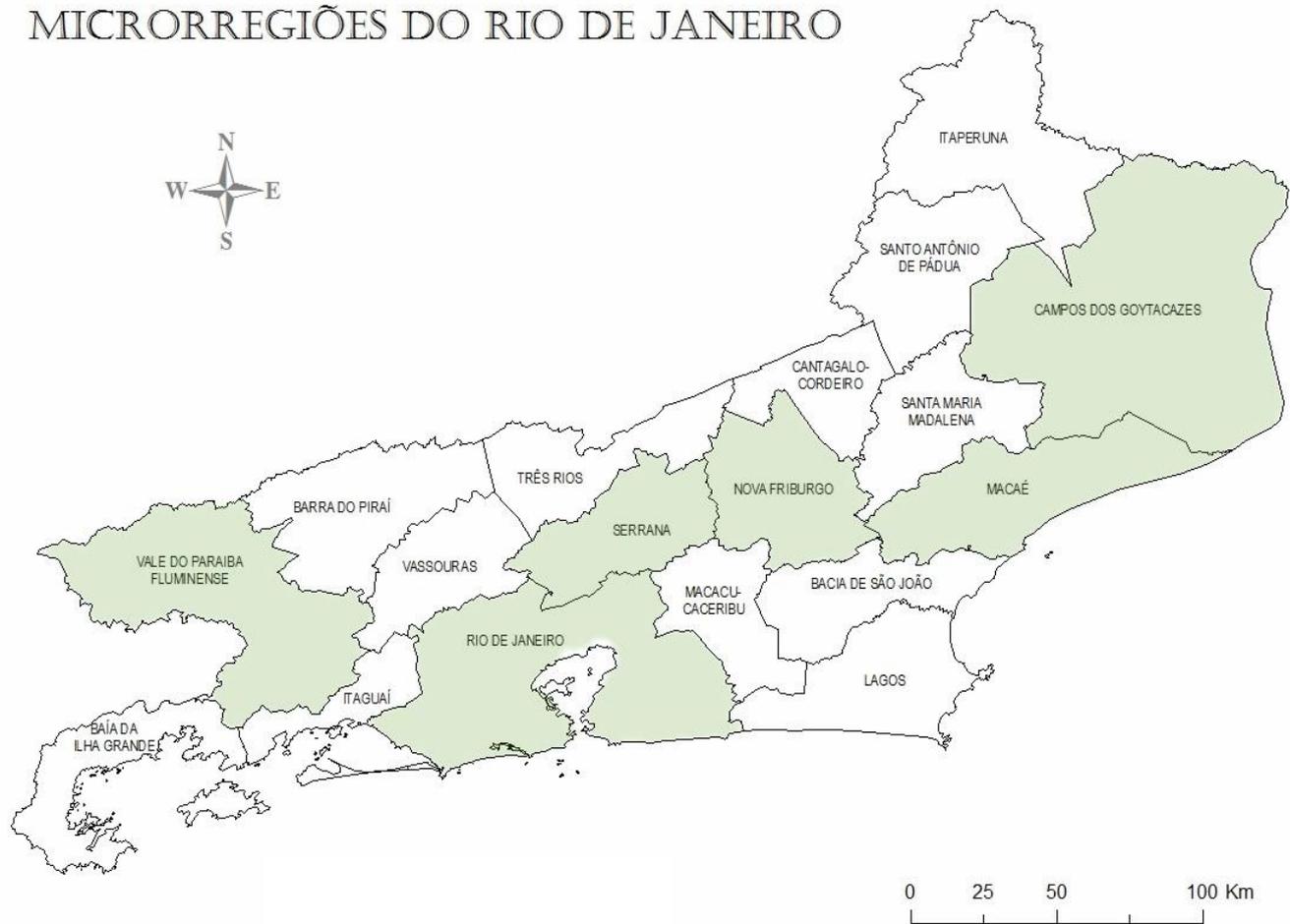


Figura 4: em destaque as microrregiões do Estado do Rio de Janeiro fiscalizadas em 2015.

MICRORREGIÕES DE SÃO PAULO



Figura 5: em destaque as microrregiões do Estado de São Paulo fiscalizadas em 2015.

A partir do segundo semestre de 2014, o departamento de fiscalização intensificou o trabalho em cidades e microrregiões não fiscalizadas até então pelo CRBM-1. Como resultado, apenas no ano de 2015 obtivemos abrangência fiscalizatória em 54% das microrregiões que compõe a jurisdição do CRBM-1, sendo que, das 406 cidades fiscalizadas em 2015, 255 o foram pela primeira vez. Os dados estão discriminados nas figuras 6 e 7, respectivamente.

UF	Total de microrregiões	Microrregiões fiscalizadas
ES	13	6
RJ	18	7
SP	63	21
MS	11	6
PR	39	38
Total	144	78

Figura 6: Total de microrregiões por UF e microrregiões fiscalizadas em 2015.

UF	Total de cidades fiscalizadas por UF	Cidades fiscalizadas pela primeira vez
ES	21	15
RJ	12	6
SP	158	61
MS	25	13
PR	190	160
Total	406	255

Figura 7: Cidades fiscalizadas em 2015 por UF e cidades que receberam sua primeira diligência.

Na Figura 8 encontram-se os dados referentes aos estabelecimentos registrados no CRBM-1 e fiscalizados no período de janeiro a dezembro de 2015, bem como a quantidade de termos emitidos pelo departamento de fiscalização.

Estados	Nº de PJs ativas e registradas no CRBM-1	Nº de Termos de visita PJ	Nº de Termos de visita PF	Nº de Autos de Constatação/Notificação	Nº de Autos de Infração
ES	65	52	55	20	-
MS	80	31	63	22	2
PR	328	94	158	50	-
RJ	78	17	15	6	-
SP	1523	476	2285	296	2
TOTAL	2074	670	2576	394	4

Figura 8: dados obtidos pelo departamento de fiscalização do CRBM-1 no período de janeiro a dezembro de 2015 (PJ: pessoa jurídica; PF: pessoa física).

O índice das irregularidades encontradas pela fiscalização do CRBM-1 durante o ano de 2015 pode ser observado na Figura 9:

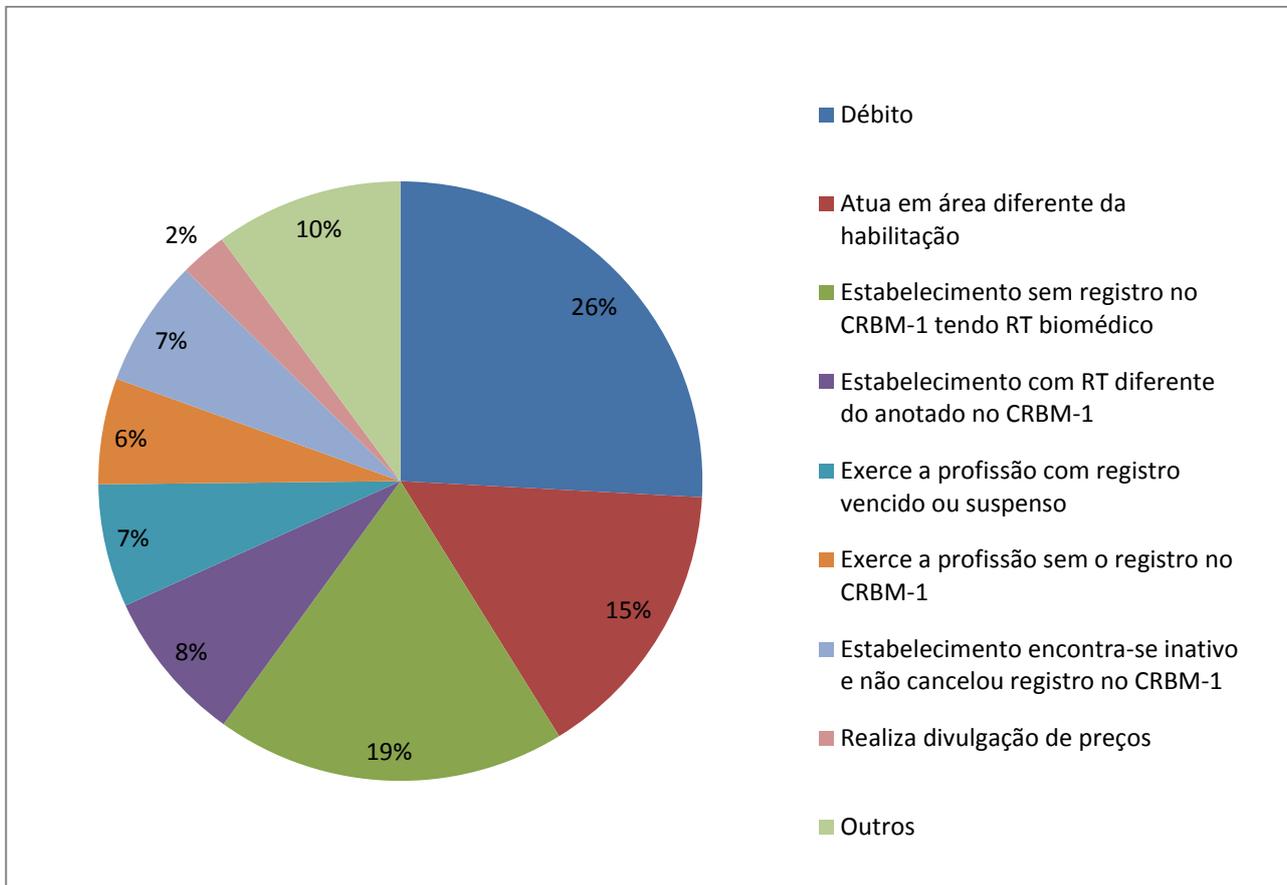


Figura 9: percentual aproximado das irregularidades constatadas pelo Departamento de Fiscalização do CRBM-1 no período de janeiro a dezembro de 2015.

Os Autos de Infração aplicados pela fiscalização do CRBM-1 foram decorrentes de casos de reincidência, ou seja, os infratores cometeram nova infração do mesmo tipo ou ainda permaneceram em infração continuada o que resultou na emissão de multa.

Em relação às denúncias recebidas no Departamento de Fiscalização do CRBM-1, em 2015, os dados são apresentados na Figura 10.

Denúncias	Quantidade
Atividade Profissional (ausência de registro, habilitação/área de atuação, anotação de responsabilidade técnica)	15
Encaminhadas à Comissão de Ética Profissional (inclusive casos que não atenderam às notificações do Depto. Fiscalização)	08
Encaminhadas à Delegacia Polícia/Ministério Público	01
Encaminhadas ao SINBIESP	01
Encaminhadas a outro Conselho Fiscalizador	01

Figura 10: quantidade e tipos de denúncias registradas no Departamento de Fiscalização em 2015.